

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e Administradores da

COBRASMA S.A.

Osasco – SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Cobrasma S.A.**, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa abstenção de opinião.

Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Continuidade operacional

Conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Cobrasma S.A.** e de sua contratada **Fornasa S.A.**, as referidas empresas se encontram inativas e, em decorrência, não estão gerando os recursos necessários para liquidação de suas dívidas, cujos valores vêm sendo discutidos judicialmente pelos seus credores. A administração não apresentou nenhum plano de ação de que suas atividades operacionais sejam retomadas em futuro previsível, não sendo, portanto, elaborado uma avaliação sobre a continuidade operacional dessas empresas, a ser objeto de revisão dos auditores independentes de acordo com o disposto na NBC TA 570 – Continuidade Operacional, aprovada pela Resolução CFC nº 1.226, de 27 de novembro de 2009.

Limitação de escopo

Em atendimento ao disposto na NBC TA 505 – Confirmações Externas, aprovada pela Resolução CFC nº 1.219, de 27 de novembro de 2009, efetuamos circularizações externas para obtenção de evidência de auditoria na confirmação dos saldos de fornecedores da **Cobrasma** e empréstimos e financiamentos da **Cobrasma S.A.** e sua controlada **Fornasa S.A.** Não fomos atendidos plenamente em nossas solicitações e, em face da situação de inatividade dessas Companhias, não nos foi possível a realização de procedimentos alternativos para nos satisfazer de forma confiável quanto à adequação desses saldos de fornecedores, e de empréstimos e financiamentos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia de 31 de dezembro de 2015.

Abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em decorrência da relevância dos assuntos mencionados no parágrafo Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Conseqüentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis acima referidas.

Outros assuntos

Informação suplementar – demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias

abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, considerando a relevância do assunto descrito no parágrafo Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, também não estamos em condições de opinar e, portanto, não expressamos opinião sobre as referidas demonstrações tomadas em conjunto.

Demonstrações comparativas examinadas por outros auditores

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, os quais, em 17 de março de 2015, emitiram seu relatório com abstenção de opinião fundamentada pela ausência confirmações dos assessores jurídicos da Companhia sobre a existência de processos judiciais em andamento em que esta figurava como réu, e pela inatividade das empresas controladora e controlada com a consequente insuficiência de geração de recursos para liquidação de suas dívidas. Nesse relatório constou, ainda, parágrafo de ênfase quanto ao pressuposto da continuidade operacional das Companhias.

São Paulo, 28 de março de 2016.

IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI
AUDITORES ASSOCIADOS
CRC 2SP 013.900/O-8

Fábio Cerboncini
Sócio Contador
CRC 1SP 079.347/O-3

COBRASMA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(EM R\$ MIL)

ATIVO					PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
	Nota	2015	2014	2015	2014		Nota	2015	2014	2015	2014
CIRCULANTE					CIRCULANTE						
Contas a receber de clientes	3a	99	43	102	46	Fornecedores		75	99	75	99
Créditos de funcionários		347	19	347	19	Encargos sociais e fiscais		3.034	3.178	3.034	3.178
Depósitos em litígio		1.092	1.090	1.102	1.100	Contas a pagar		1.977	1.872	1.977	1.872
Avisos de débito a receber		1.173	919	1.173	919	Total do Passivo Circulante		5.086	5.149	5.086	5.149
Outros créditos		31	24	56	49						
Total do Ativo Circulante		2.742	2.095	2.780	2.133	NÃO CIRCULANTE					
NÃO CIRCULANTE					EXIGÍVEL A LONGO PRAZO						
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						Empréstimos e financiamentos	2e				
Outros Créditos		148	144	144	144	Fornecedores	8	4.084.804	3.416.494	5.239.033	4.406.724
		148	144	144	144	Encargos sociais e fiscais		8.857	8.853	8.857	8.853
						Partes relacionadas	9	790.369	768.907	890.367	858.612
Investimentos	3c - 6	-	-	567	567	Contas a Pagar - Eletropaulo	5	476.319	421.805	-	-
Imobilizado	3d - 7	159.338	162.164	159.351	164.878	Contas a Pagar		493.378	430.948	493.378	430.948
						Provisão para passivo a descoberto de controlada	3c - 6	88.030	72.379	148.622	127.843
Total do Ativo Não Circulante		159.486	162.308	160.062	165.589	Provisão para contingências	3f - 10	77.230	67.872	183.779	171.600
						Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	3e - 11	53.365	54.158	53.365	54.158
						Total do Passivo Não Circulante		6.850.490	5.912.088	7.017.401	6.058.738
						PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS		-	-	(166.297)	(143.331)
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	3g - 13	165.260	165.260	165.260	165.260
						Reservas de capital		87.439	87.439	87.439	87.439
						Ajustes de avaliação patrimonial		103.055	104.847	103.056	104.847
						Prejuízos acumulados		(7.049.102)	(6.110.380)	(7.049.103)	(6.110.380)
						Total do Patrimônio Líquido		(6.693.348)	(5.752.834)	(6.693.348)	(5.752.834)
TOTAL DO ATIVO		162.228	164.403	162.842	167.722	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		162.228	164.403	162.842	167.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COBRASMA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(EM R\$ MIL)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		48	54	48	54
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas administrativas		(587)	(888)	(659)	(951)
Despesas financeiras		(768.856)	(544.323)	(957.045)	(680.147)
Despesas financeiras com partes relacionadas		(54.514)	(48.419)	-	-
Despesas tributárias		(29)	(96)	(29)	(97)
Provisão para passivo a descoberto de controlada	6	(107.466)	(71.119)	-	-
Reversão (Provisão) para processos judiciais	3f	(8.139)	(257)	(4.872)	886
Depreciação de bens do ativo imobilizado		(2.826)	(2.827)	(2.826)	(2.827)
Aluguéis		759	965	759	965
Outras		303	144	351	152
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(941.355)	(666.820)	(964.321)	(682.019)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ANTES DOS IMPOSTOS		(941.307)	(666.766)	(964.273)	(681.965)
Realização dos impostos diferidos sobre avaliação patrimonial	3e	793	887	793	887
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ANTES PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIOS		(940.514)	(665.879)	(963.480)	(681.078)
Menos: Participação Minoritários - Controlada		-	-	(22.966)	(15.199)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(940.514)	(665.879)	(940.514)	(665.879)
PREJUÍZO POR AÇÃO - R\$		(9,17)	(6,49)	(9,17)	(6,49)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COBRASMA S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(EM R\$ MIL)**

	Capital social	Reservas de capital		Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
		Reserva especial Lei nº 8.200/91	Outras			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	165.260	87.206	233	106.639	(5.446.293)	(5.086.955)
Realização da avaliação patrimonial				(1.792)	1.792	-
Prejuízo do exercício					(665.879)	(665.879)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	165.260	87.206	233	104.847	(6.110.380)	(5.752.834)
Realização da avaliação patrimonial				(1.792)	1.792	-
Prejuízo do exercício					(940.514)	(940.514)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	165.260	87.206	233	103.055	(7.049.102)	(6.693.348)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COBRASMA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(EM R\$ MIL)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo do exercício	(940.514)	(665.879)	(940.514)	(665.879)
Valores que não afetam as disponibilidades				
Depreciação de bens do ativo imobilizado	2.826	2.827	2.826	2.827
Varição monetária do exigível a longo prazo	689.772	290.764	866.765	607.341
Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos	(793)	(887)	(793)	(887)
Provisão para perdas com investimentos	107.466	71.118	-	-
Constituição (reversão) da provisão para contingências trabalhistas	8.139	257	4.872	(886)
Disponibilidades antes das mutações do capital de giro	(133.104)	(301.800)	(66.844)	(57.484)
Decréscimo (acréscimo) nas contas do ativo				
Contas a receber de clientes	(56)	(33)	(56)	(34)
Créditos de funcionários	(328)	(5)	(328)	(2)
Depósitos em litígio	(2)	(6)	(2)	(7)
Outros créditos (curto e longo prazo)	(265)	(242)	(261)	(247)
Acréscimo (decréscimo) nas contas do passivo				
Fornecedores (curto e longo prazo)	(20)	27	(20)	27
Encargos sociais e fiscais	(144)	18.543	(144)	(226)
Contas a pagar (curto e longo prazo)	132.700	282.922	83.314	67.691
Decréscimo da provisão para contingências do longo prazo	1.219	594	7.307	5.481
Disponibilidades líquidas provenientes das atividades operacionais	-	-	22.966	15.199
Participação Minoritários - Controlada	-	-	(22.966)	(15.199)
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	-	-	-	-
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES				
Saldo final de caixa e equivalentes	-	-	-	-
Saldo inicial de caixa e equivalentes	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COBRASMA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(EM R\$ MIL)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
RECEITAS	1.112	1.168	1.160	1.176
Receita de vendas de mercadorias	50	59	50	59
Receitas de aluguel	759	965	759	965
Outras receitas	303	144	351	152
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2)	(5)	(2)	(5)
Impostos incidentes sobre vendas	(2)	(5)	(2)	(5)
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.110	1.163	1.158	1.171
RETENÇÕES	(2.033)	(1.940)	(2.033)	(1.940)
Depreciação	(2.826)	(2.827)	(2.826)	(2.827)
Realização de impostos diferidos sobre avaliação patrimonial	793	887	793	887
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(923)	(777)	(875)	(769)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(107.995)	(71.313)	(601)	(257)
Resultado de equivalência patrimonial	(107.466)	(71.119)	-	-
Outras despesas administrativas	(529)	(194)	(601)	(257)
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	(108.918)	(72.090)	(1.476)	(1.026)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(108.918)	(72.090)	(1.476)	(1.026)
Pessoal e encargos	58	694	58	694
Impostos, taxas e contribuições	29	96	29	97
Provisão para processos judiciais	8.139	257	4.872	(886)
Juros e variação monetária sobre capital de terceiros	823.370	592.742	957.045	680.147
Participação minoritária no resultado da controlada	-	-	(22.966)	(15.199)
Prejuízo do exercício	(940.514)	(665.879)	(940.514)	(665.879)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COBRASMA S/A

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em R\$ mil)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

Até maio de 1998, a companhia teve por objeto a produção de equipamentos para transporte ferroviário e rodoviário, para indústria siderúrgica, petroquímica e nuclear e para a produção de componentes para veículos automotores, bem como, o comércio, a importação e a exportação de todos os materiais e produtos que se compreendam no objeto destes. As suas atividades operacionais, a partir desta data, foram paralisadas. Em virtude disso, construções, máquinas, equipamentos e instalações foram alugadas para terceiros.

Por força de decisão judicial de abril de 2002, da Vara do Trabalho da Comarca de Sumaré – São Paulo, conforme processo número 02578-1999-122-15-00-6, o imóvel de Hortolândia foi adjudicado pelos ex-empregados da companhia, representados pela sua associação de classe, pelo montante de R\$ 35.562 mil, conforme carta de adjudicação número 002/2002 da referida Vara.

Em 16 de maio de 2008, na Vara de Trabalho da Comarca de Hortolândia – São Paulo, foi homologado acordo conciliatório entre a companhia e seus ex-empregados, representados por sua associação de classe, para quitação e extinção do processo trabalhista de número 00189-2005-152-15-00-9, sendo a este atribuído o valor total de R\$ 24.520 mil. Como forma de pagamento ficou estabelecido a liquidação do valor total de R\$ 15.120 mil, em parcelas mensais a partir de maio de 2008, com vencimento final em 2012, e o valor de R\$ 9.400 mil como cessão aos ex-empregados de parte dos imóveis da Companhia de suas instalações na cidade de Osasco – São Paulo.

Em 18 de outubro de 2009, na 152ª. Vara do Trabalho da Comarca de Hortolândia – São Paulo, foi homologado acordo entre a companhia e seus ex-funcionários, representados por sua Associação de Classe, para quitação e extinção do processo trabalhista número 00247-2005-152-15-00-4, sendo a este atribuído o valor de R\$ 20.000 mil. Como forma de pagamento foram oferecidas: a) uma fração ideal do imóvel – matrícula 184 do 1º. Cartório de Registro de Imóveis de Osasco – São Paulo, no valor de R\$ 4.800 mil; b) área remanescente do Clube Cobrasma, matrícula 60.775 do 1º. Cartório de Registro de Imóveis de Osasco – São Paulo, no valor de R\$ 10.000 mil; e c) máquinas e equipamentos no valor de R\$ 5.200 mil.

Quanto a área remanescente do Clube Cobrasma, a companhia auxiliará os ex trabalhadores, no que for possível, arcando com os encargos necessários para a alteração a ser realizada no zoneamento do respectivo imóvel, junto a municipalidade de Osasco, a fim de possibilitar a construção de residências ou comércio, sem quaisquer restrições neste sentido. Caso se torne impossível a alteração do zoneamento, o imóvel retornará à posse direta da companhia, cancelando-se a transferência convencionada, comprometendo-se as partes em retornar as negociações, reconhecendo o saldo devedor de R\$ 10.000 mil.

Em 14 de dezembro de 2010 a Juíza da Vara do Trabalho de Hortolândia emitiu a referida carta de adjudicação referente ao acordo mencionado.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Base de preparação

a) Declaração de conformidade com relação às normas de IFRS e às normas do CPC

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas tomando como base o artigo 249 da Lei nº 6.404/76, bem como pronunciamento Técnico CPC 36, que trata de demonstrações consolidadas.

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e os Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade, com as normas e procedimentos do International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), que não diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado soma, horizontalmente, os saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado pela eliminação:

- i) Das participações da companhia no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- ii) Dos saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- iii) Dos saldos de receitas e despesas decorrentes de transações significativas realizadas entre as empresas consolidadas.

A conciliação entre o lucro líquido da controladora e o consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, é como segue:

	2015	2014
Prejuízo líquido da controladora	(963.480)	(681.078)
Participação de acionistas não controladores	(22.966)	(15.199)
Prejuízo líquido consolidado	(940.514)	(665.879)

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional é o Real. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Milhares de Reais e as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas contábeis foram baseadas em relatórios e no julgamento da administração da companhia para determinação do valor adequado registrado nas demonstrações contábeis. Os itens relevantes sujeitos a essas estimativas acham-se provisionados e são revisados anualmente pela administração.

e) Classificação especial – não circulante

Em virtude da companhia não estar em condições de gerar recursos suficientes para a liquidação de suas dívidas com credores, os mesmos estão discutindo judicialmente os valores que tem a receber, bem como os direitos que possuem sobre os ativos já entregues em garantia e aqueles que ainda possam ser utilizados para o pagamento de dívidas existentes.

Assim sendo, tomando por base o prognóstico dos advogados da companhia, os quais afirmam que os processos referentes a esses direitos e a essas obrigações não têm prazo determinado para conclusão, a administração resolveu classificar os valores envolvidos a longo prazo,

em suas demonstrações contábeis, por entender que a sua liquidação não deverá ocorrer dentro dos próximos doze meses.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela companhia são as descritas e detalhadas a seguir e têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis e na preparação do balanço patrimonial.

a) Apuração do resultado

As receitas, despesas e atualizações de passivos são reconhecidas pelo regime de competência.

b) Contas a receber de clientes

Estão registrados e mantidos no balanço pelo seu valor nominal. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com as contas a receber de clientes.

c) Investimentos

Está avaliado de acordo com o método da equivalência patrimonial. Vem sendo constituída provisão para perdas a fim de registrar a participação da empresa no patrimônio líquido negativo de sua controlada.

d) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e deduzido da depreciação calculada sobre o valor corrigido, pelo método linear. As construções estão sendo depreciadas com base na taxa anual de 4 % e os demais bens estão totalmente depreciados. Terrenos e construções referem-se a parte remanescente dos imóveis industriais.

e) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os ajustes de avaliação patrimonial, são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Sua realização é reconhecida no resultado.

f) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes e as contingências passivas são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

Ativos contingentes – São reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Passivos contingentes - São reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes com perspectivas de perdas consideradas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os com perspectivas de perdas classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação.

g) Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social é de R\$ 165.260 mil, dividido em 102.584.864 ações nominativas, sem valor nominal, das quais 62.280.750 são preferenciais, sem direito a voto e 40.304.114 ordinárias, com direito a voto.

Direito das Ações: Em conformidade com o estatuto social, as ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes assegurados, em caso de liquidação da sociedade, prioridade no reembolso do capital que representam, sem prêmio de qualquer espécie.

O dividendo obrigatório de que trata o artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1.976, será 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício. Os lucros a realizar que, por proposta da diretoria, a assembleia mandar transferir para a respectiva reserva, não serão adicionados ao lucro líquido de exercícios subsequentes.

NOTA 4 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Legislação Societária Brasileira, Normas da CVM e IFRS (IASB), abrangendo as demonstrações contábeis da companhia e sua controlada **Fornasa S.A.**

Através da NBC-ITG 09, de 21 de novembro de 2014, o IFRS passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações contábeis separadas. Portanto, as demonstrações contábeis individuais também estão em conformidade com as normas internacionais.

NOTA 5 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Evento	Empresa	Saldos em:	
		2015	2014
Operação de mútuo - saldo credor	Fornasa	476.319	421.805
Despesas financeiras	Fornasa	(54.514)	(48.419)

Sobre as operações de mútuo são cobrados encargos financeiros de 1% ao mês.

NOTA 6 - INVESTIMENTO EM EMPRESA CONTROLADA

O investimento efetuado na controlada **Fornasa S.A.**, está assim demonstrado:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Capital Social	7.231	7.231
Quantidade de ações possuídas pela Cobrasma:		
- Ações ordinárias	35.000	35.000
- Ações preferenciais	47.392	47.392
Ações representativas do capital social	100.000	100.000
Participação no capital social	82,39%	82,39%
Valor do passivo a descoberto	(944.434)	(814.002)
Prejuízo do exercício	(130.433)	(86.318)
Valor contábil do investimento	-	-
Obrigação por operação de mútuo	476.319	421.805
Passivo a Descoberto de Controlada		
- Saldo inicial	670.672	599.553
- Resultado da equivalência patrimonial	(107.466)	(71.119)
- Saldo final	<u>778.138</u>	<u>670.672</u>

Até 30 de novembro de 1995, a empresa controlada teve por objeto principal a fabricação de tubos plásticos e metálicos, pintados ou galvanizados, de estruturas de aço tubulares ou de perfis, incluindo importação e exportação.

Em 1º de dezembro de 1995 a unidade fabril foi arrendada pelo prazo de dez anos, ensejando com que a controlada recebesse mensalmente entre 1% e 1,8% do valor do faturamento do arrendatário. Nessa ocasião foram paralisadas todas as demais atividades operacionais da empresa.

Em decorrência de acordo judicial com um de seus credores a receita de arrendamento foi recebida pela companhia somente até o mês de março de 2000, tendo então sido transferida para o referido credor em liquidação de dívidas existentes.

Em 24 de maio de 2000, foi apresentada petição pelo exequente Banco do Brasil, atualizando o valor de débitos da Companhia para R\$ 233.895 mil. Em 01 de junho de 2000, foi efetuado leilão do complexo fabril da Fornasa S.A. na Comarca de Volta Redonda, tendo sido arrematado o local e todos os bens lá pertencentes pelo valor de R\$ 12.546 mil, prosseguindo a execução pelo valor de R\$ 221.349 mil para junho de 2000. Em 26 de novembro de 2015, o processo foi arquivado provisoriamente por não terem sido encontrados bens passíveis de penhora.

Em virtude de estar com suas atividades operacionais paralisadas e em função de não estar gerando recursos suficientes para a liquidação de suas dívidas, os credores da controlada estão discutindo judicialmente os valores que tem a receber.

NOTA 7 - IMOBILIZADO

	2014	2015			
	Imobilizado	Total Imobilizado			
	Líquido	Depreciações	Controladora	Controlada	Consolidado
Terrenos e Construções	162.159	(2.826)	159.333	13	159.346
Equipamentos Aparelhos e Instalações	5	-	5	-	5
Total	162.164	(2.826)	159.338	13	159.351

A administração da controladora realizou no exercício de 2008 em observância ao Pronunciamento Técnico do CPC 13 a baixa do saldo da reserva de reavaliação constituída anteriormente, e no exercício de 2010 a avaliação dos Terrenos e Construções em observação a adoção do pronunciamento técnico CPC 27 e interpretação técnica ICPC 10. Com base no entendimento e decisão da administração, não foi realizado para os exercícios subsequentes a revisão das vidas úteis e do valor residual, em função do fluxo financeiro da companhia não permitir este desembolso, devido à companhia estar com as atividades paralisadas e prejuízos constantes.

Os valores líquidos dos ativos imobilizados dados em garantias de processos judiciais correspondem em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a R\$ 807.543 mil no consolidado. Para a controladora os valores dados em garantia em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são de R\$ 238.084, conforme demonstrado na Nota Explicativa 15.

NOTA 8 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO

Os financiamentos e empréstimos registrados no exigível a longo prazo, no montante de R\$ 5.239.033mil (R\$4.406.724mil em 2014), estão vencidos. Sobre esses empréstimos a companhia vem calculando juros de 1% a 1,5% ao mês, mais atualização monetária com base na Taxa Referencial - TR/Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

NOTA 9 - ENCARGOS SOCIAIS E FISCAIS A LONGO PRAZO

A rubrica encargos sociais e fiscais registrada no exigível a longo prazo tem a seguinte composição:

	Saldos em	
	2015	2014
Contribuições a recolher (PIS, COFINS, FGTS e INSS)	332.541	321.779
Impostos a pagar (ICMS, IPTU, IPI, ISS e IR)	328.198	314.160
Parcelamento de débitos sociais e fiscais	188.578	182.863
Outros Encargos	41.050	39.810
Total	890.367	858.612

Os encargos sociais e fiscais acima também estão vencidos, sendo calculados juros, multas e atualização monetária de acordo com a legislação aplicável.

NOTA 10 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A rubrica provisões registrada no passivo não circulante tem a seguinte composição:

	2015	
	Controladora	Consolidado
Provisão para Contingências - Processos Trabalhistas	40.348	83.115
Provisão para Contingências Bancárias	36.882	100.664
Total	77.230	183.779

As provisões para contingências da controlada, no valor total de R\$77.230 mil e, R\$183.779 mil do consolidado foram constituídas para garantir eventuais insucessos frente a processos trabalhistas em andamento e em relação a discussão mantida com instituição financeira sobre encargos devidos, por conta de empréstimos contraídos pela controladora e controlada. São reconhecidas quando a companhia tem uma obrigação presente formalizada ou não como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor passa a ser feita.

NOTA 11 - PROVISÃO PARA I. DE RENDA E C. SOCIAL DIFERIDOS

A provisão para IRPJ e CSLL diferidos teve a seguinte movimentação no trimestre:

Descrição	Saldos em	
	2015	2014
Provisão constituída sobre ajustes de avaliação Patrimonial	54.158	55.044
Realização por depreciação de bens	(793)	(886)
Total	53.36	54.15
	5	8

NOTA 12 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em razão dos processos judiciais com credores, a administração da companhia não teve condições de identificar a ocorrência de diferenças relevantes entre os valores de mercado e os valores apresentados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015 e 2014, originadas por operações envolvendo instrumentos financeiros naquelas datas, que requeressem divulgação específica em atendimento aos critérios estabelecidos pela Instrução CVM nº. 235/95.

NOTA 13 - CAPITAL SOCIAL

O capital social é representado por 102.584.864 ações sendo 40.304.114 ordinárias e 62.280.750 preferenciais, todas sem valor nominal. Às ações preferenciais é assegurada, em caso de liquidação da companhia, prioridade no reembolso do capital.

NOTA 14 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em função da companhia não possuir (i) plano de pensão; (ii) ganhos/perdas com ativos disponíveis para venda; (iii) operações de hedge e (iv) ganhos/perdas em conversões monetárias, não foi apresentada a Demonstração do Valor Abrangente.

NOTA 15 - GARANTIAS PRESTADAS

	Saldos em 31/12/2015		
	Controladora	Controlada	Consolidado
Imobilizado em garantia de empréstimo e financiamentos:			
- Alienação Fiduciária	24.852	14.443	39.295
- Bens hipotecados	52.763	-	52.763
- Bens penhorados	49.395	9.234	58.629
Avais concedidos pela Controlada e pela Controladora	111.074	545.782	656.857
	238.084	569.549	807.543

NOTA 16 - AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 28 de março de 2016, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeitos sobre essas demonstrações contábeis.



COBRASMA S/ A

CNPJ no 61.080.313/0001-91

Companhia Aberta

Relatório da Administração

Prezados Acionistas: Para sua apreciação e confronto, apresentamos o quadro comparativo de faturamento, referente aos dois últimos exercícios. **1 - Faturamento** - (Excluídos Impostos e Outras Deduções): 2015 :R\$ 48 mil ; R\$ 54 mil (2014)

Conforme já relatado a V.Sas., a Cobrasma encerrou totalmente as suas atividades fabris. Os valores demonstrados neste relatório correspondem ao faturamento de eventual locação de máquinas e equipamentos. Em atendimento ao disposto na Instrução CVM n.º 381, de 14 de janeiro de 2003, comunicamos que o contrato que mantemos com os auditores independentes, que prestam serviços para nossa empresa é única e exclusivamente, serviços de auditoria . Osasco (SP) 29 de março de 2016-Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho- Presidente .

Osasco(SP) 29 de março de 2016



Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho
Presidente



São Paulo 28 de março de 2016

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras.

A Administração da Companhia, na pessoa de seu Presidente, declara que o conjunto das demonstrações e informações anuais, foram preparadas, revisadas e discutidas e não existe nenhum assunto relevante que mereça comentário adicional àqueles já descritos nas notas explicativas às informações das demonstrações financeiras .


Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho
Presidente

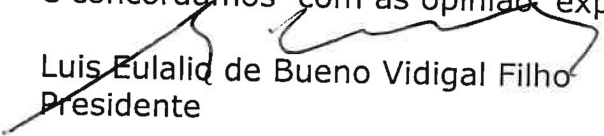


São Paulo, 28 de março de 2016

A
Irmãos Campos & Cerboncini Auditores Associados

Ref Relatório dos Auditores Independentes

Com relação ao seu Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individual da COBRASMA S/A tomamos conhecimento, e concordamos com a opinião expressa mesmo .


Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho
Presidente